

DESPACHO

Número: 85/2025

Data: 02/10/2025

Assunto: Constituição da Equipa técnica do Programa Nacional para a Prevenção e Controlo da Dor (PNPCDor)

A dor é uma das queixas que mais vezes leva os indivíduos a procurar cuidados de saúde em todo o mundo, tanto na sua vertente aguda como crónica. A prevalência da dor crónica na população adulta portuguesa excede os 30%. O aumento da incidência de doenças como a osteoartrite e o cancro que acompanha o envelhecimento da população provoca também o aumento da ocorrência de dor.

Organizações como a OMS e a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas reconhecem o acesso ao alívio da dor como um direito fundamental. Na última revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), foi incluída uma secção dedicada à dor, algo que acontece pela 1ª vez. Este facto corrobora a classificação da dor (crónica) como doença e reflete o seu impacto na sociedade.

A dor, em particular a dor crónica, tem um impacto na pessoa que vai muito para além do sofrimento físico que lhe causa, nomeadamente, sequelas psicológicas, isolamento, limitações na atividade e restrição de participação social e consequentemente, perda de qualidade de vida.

As repercussões socioeconómicas da dor são significativas. Os custos diretos são evidentes na utilização frequente dos serviços de saúde e nas despesas com o tratamento. Paralelamente, os custos indiretos são consideravelmente elevados, traduzindo-se pela perda de produtividade causada pelo absentismo e presenteísmo, bem como com a atribuição de compensações e subsídios.

A elevada prevalência da dor e a transversalidade da sua abordagem pelos profissionais de saúde, com particular destaque para médicos, enfermeiros e psicólogos exige uma formação profissional, científica e técnica adequada. Porém, isso nem sempre se verifica, como tem sido reiteradamente reconhecido por diversas sociedades científicas, nomeadamente a International Association for the Study of Pain (IASP) e a European Pain Federation (EFIC).

Importa igualmente sensibilizar e capacitar os cidadãos para a prevenção e gestão da dor, promovendo a sua literacia em saúde e, de forma especial, em dor.

Para responder a estas necessidades, considera-se essencial constituir uma Equipa Técnica nesta Direção-Geral da Saúde (DGS), responsável pela elaboração e coordenação do Programa Nacional para a Prevenção e Controlo da Dor (PNPCDor), com integração dos seguintes profissionais:

- José Manuel Romão (Coordenador)
Assistente Graduado Sênior de Anestesiologia na ULS Santo António (Porto)

- Ana Leonor Ribeiro
Doutora em Enfermagem pela Universidade Católica Portuguesa
Professora Coordenadora na Escola Superior de Enfermagem do Porto

- Filipe Antunes
Assistente Graduado Sênior de Medicina Física e Reabilitação na ULS Braga
Presidente da Associação Portuguesa para o Estudo da Dor (APED)

- Graça Mesquita Araújo
Assistente Graduada de Anestesiologia na ULS São José (Lisboa)
Presidente do Colégio da Competência em Medicina da Dor da OM

- Maria José Ramalho
Especialista em Psicologia Clínica e da Saúde na ULS Arrábida (Setúbal)

- Ana Cristina Bastos
Enfermeira Especialista em Saúde Infantil e Pediátrica
Direção-Geral da Saúde

O presente Despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

Rita Sá Machado
Diretora-Geral da Saúde